



## CONSELHO GERAL DO SICOMP

MESA QUE DIRIGIU O CONSELHO GERAL DO SICOMP REALIZADO EM 28 DE MAIO DE 2015, EM LISBOA – INSTALAÇÕES DA SEDE NACIONAL DA USI – UNIÃO DOS SINDICATOS INDEPENDENTES ( NA FOTO, AO CENTRO, ANTÓNIO MACHADO, PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL – CTT, À ESQUERDA, SUSANA DE FARIA – RTP E À DIREITA, MARIA JOÃO SERRO – CTT.

O Conselho Geral do SICOMP, órgão estatutário máximo entre Congressos, aprovou por unanimidade os Relatórios e Contas de 2014 e o Plano e Orçamento para 2015.

Foi reafirmada a nossa atuação sindical autónoma e independente que não recebe ordens partidárias de ninguém ( como acontece com a CGTP e a UGT ) e que não se move por interesses corporativos e financeiros (como alguns sindicalistas da TAP ), mas por um Sindicalismo Solidário, responsável e escola de cidadania democrática que tanta falta faz a Portugal numa altura em que o **populismo barato** a demagogia e os “truques teatrais” campeiam, nomeadamente na Comunicação Social, dominada pela chamada esquerda.

NOTA – O Conselho Geral saudou o regresso do Presidente do Conselho Geral, António Machado ( CTT – Braga ) que foi sujeito a tratamento de grave doença.

## AINDA NESTA EDIÇÃO :

**02 • GRUPO PT – REUNIÃO DA COMISSÃO PARITÁRIA**

**02 • GRUPO CTT – REUNIÃO CA/SICOMP**

**03 • GRUPO RTP**

**03 - 04 • CONTINUAR NA VIA DO SINDICALISMO AUTÓNOMO E INDEPENDENTE EM ALTERNATIVA AO SINDICALISMO POLÍTICO – PARTIDÁRIO !**

**04 • NOTÍCIAS BREVES**

## 2 JUNHO 2015 • CONCLUÍDA A AQUISIÇÃO DA PT PORTUGAL PELA ALTICE

Face à nova realidade empresarial ,o SICOMP reafirma os seguintes princípios : **DEFESA DA CONTRATAÇÃO COLETIVA E RELAÇÕES LABORAIS DEMOCRÁTICAS — MANTER E RENOVAR O 1º ACT DA PT — CUMPRIR O PLANO DE SAÚDE DA PT/ACS, ATÉ 2019, COMO FOI ASSINADO ENTRE A GESTÃO DA PT E AS ERCT, EM JUNHO DE 2014 — SALVAGUARDAR OS POSTOS DE TRABALHO, SEM PREJUÍZO DE REDUÇÃO DE ATIVOS, EM SUSPENSÃO, PRÉ - REFORMA, REFORMA ANTECIPADA E RMA (RESCISÃO DE MÚTUO ACORDO) COMO É FEITO NO GRUPO PT, DESDE A SUA CRIAÇÃO EM 1994. ■**

**AGENDA DA REUNIÃO  
DA COMISSÃO PARITÁRIA**

1. Resumo das reclamações recebidas relativamente à avaliação de desempenho de 2014;
2. Projeto de Regulamento da Comissão Paritária no Processo de Avaliação de Desempenho, apresentado pelo STPT.
3. Ser a Comissão informada do ponto em que se encontra atualmente o processo da Avaliação do Desempenho para efeitos de Progressões e Promoções em 2015 – (SINTTAV);
4. Ser a Comissão Paritária informada do movimento de Progressões e Promoções em 2015 e do número de trabalhadores que serão abrangidos por cada um destes movimentos (nº 2 da Clª 17ª do ACT);
5. Para dar cumprimento ao ponto 6.2.5. do Protocolo do ACT 2013, o SINTTAV agenda a discussão da temática constante da clª 48ª do AE da PT de 2009, para cujo efeito enviou proposta, que em tempo oportuno entregou à Empresa;
6. Regime de Trabalho Suplementar. Acórdão nº. 602/2013 de 20 de Setembro (SICOMP);
7. Protocolo 2010 – trabalhadores com mais de 7 anos no mesmo nível – (TENSIG);
8. Resposta à carta do SNTCT enviada à CP sobre o Trabalho Suplementar;
9. Sistemas de Prevenção - Ponto de Situação- (SICOMP);
10. Diversos.

**POSIÇÃO JURIDICA DO SICOMP SOBRE O PONTO 6  
DA ORDEM DE TRABALHOS – REGIME DE TRABALHO  
SUPLEMENTAR. ACÓRDÃO Nº. 602/2013 DE 20 DE  
SETEMBRO**

- Foi julgada inconstitucional a norma do artigo 7º, n.º 5, da Lei n.º 23/2012, que reduzia para metade os acréscimos retributivos devidos pela prestação de trabalho suplementar e a compensação (retribuição e descanso compensatório) por trabalho normal prestado em dia feriado em empresa não obrigada a suspender o funcionamento nesse dia, previstos em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho ou cláusulas de contrato de trabalho. Esta norma produziria efeitos decorrido o período de suspensão de 2 anos (que vigoraria até **31 de Julho de 2014**) – esta suspensão não foi considerada inconstitucional.
- Deste modo, até **31 de Julho de 2014** vigoraria o regime do Código do Trabalho e a partir de **1 de Agosto de 2014** passar-se-ia a aplicar de novo, integralmente, as disposições dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e as cláusulas de contrato de trabalho que tinham sido suspensas.
- Contudo, a Lei n.º 48-A/2014, de 31 de Julho, que procedeu à prorrogação, até **31 de Dezembro de 2014**, da suspensão da regulamentação coletiva de trabalho e das cláusulas de contratos de trabalho, que previram acréscimos de pagamento de trabalho suplementar superiores aos estabelecidos pelo Código do Trabalho (art.º 268.º, na redação da Lei n.º 23/2012) e também das que previram a retribuição do trabalho normal prestado em dia feriado, ou descanso compensatório por essa mesma prestação, em empresa não obrigada a suspender o funcionamento nesse dia, veio determinar que a sua cessação só ocorresse em **31 de Dezembro de 2014, em vez de 31 de Julho de 2014**.

Assim, as cláusulas dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e dos contratos de trabalho, no que concerne à compensação das horas extraordinárias, terão de retomar a sua plena aplicação a partir de 1 de Janeiro de 2015, com os valores que poderiam existir, em sede de negociação coletiva, para 2012.

**GRUPO CTT •** A Direção Nacional do SICOMP, solicitou no dia 29 de Maio de 2015 uma reunião periódica com o Conselho de Administração dos CTT, para tratar dos seguintes temas :

1. BANCO POSTAL. Ponto da situação de acordo com o Organigrama apresentado pelo CA dos CTT em 20/04/2015, com o limite de ações a terminar em 31 de Maio de 2015.
2. Funcionamento da Comissão Paritária do AE CTT /2015.

### 3. Outros Assuntos.

**NOTA** – Daremos informação atempadas sobre as suas conclusões.

**GRUPO RTP** • Após uma pausa temporária, retomaram as negociações do **AE da RTP(2013/2014/2015)** com a presença da Sra. Administradora dos Recursos Humanos, **Eng<sup>a</sup>. Cristina Vaz Tomé**. O SICOMP (representado pela Vice – Presidente, **Dra. Susana de Faria** e a Delegada Sindical **Cristina Fidalgo** ) continua apostado em **obter uma Plataforma de Acordo que sirva as partes**.

## **CONTINUAR NA VIA DO SINDICALISMO AUTÓNOMO E INDEPENDENTE EM ALTERNATIVA AO SINDICALISMO POLÍTICO - PARTIDÁRIO!**

• **CARLOS VICENTE – SÓCIO Nº. 18 E VICE – PRESIDENTE DA DIREÇÃO NACIONAL**

Alguns titulares de **Organizações Sindicais, Partidos Políticos e até Empresariais ou outros**, suportados por uma parte da **Comunicação Social** continuam a insistir na tese de que o sindicalismo português continua balizado entre duas centrais existentes: **A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP – IN)**, por um lado e a **União Geral de Trabalhadores (UGT)** por outro.

Estas duas organizações, no entanto, continuam longe de ocupar o espaço sindical existente. Com efeito, há um número bastante significativo (e relativamente estável nos últimos anos) de **sindicatos não filiados em nenhuma das centrais**.

Não basta no entanto adotar um estatuto de independência formal em relação às centrais **CGTP/UGT**, o que nem sempre quer dizer autonomia.

Em alguns de **autonomia mais que duvidosa**, pois percebe-se em alguns casos que o respetivo estatuto de independência obedece **apenas a razões de ordem tática e até conjuntural**, já que do ponto de vista estratégico e da sua dinâmica se revelam **como sindicatos «alinhados» com alguma das centrais**, pese embora uma ou outra divergência pontual. São organizações que de resto colaboram frequentemente com uma ou outra central.

**Entre os sindicatos estatutariamente independentes há os que são verdadeiramente autónomos**. Isto é, que têm uma conceção ou uma prática diferentes, **e são mesmo alternativas**, das que enformam uma ou outra (\*) :

- **AUTONOMIA** com independência do Estado, do patronato e de associações políticas e religiosas.
- **DIÁLOGO SOCIAL E DE CONCERTAÇÃO** articulado com a gestão das empresas e organizações.
- **INDEPENDÊNCIA** dos interesses conjunturais ou corporativos condicionantes da ação sindical.
- **VERTICALIZAÇÃO SINDICAL POR SETOR DE ATIVIDADE**

A autonomia e independência sindical, continuam vivas e já foram no passado as únicas forças sindicais mais representativas dos trabalhadores portugueses, por via da **CGT – Confederação Geral do Trabalho**, no início do século XX e até à criação dos **Sindicatos Nacionais Corporativos**, impostos pela Constituição de 1933 – liquidação dos **Sindicatos Autónomos e Independentes** – que **Emídio Santana** descreveu, numa parte do prefácio do livro **«O SINDICALISMO EM PORTUGAL**, de **Manuel Joaquim de Sousa** ».

EXTRATO DO PREFÁCIO ESCRITO  
POR **EMÍDIO SANTANA – FALECIDO EM 1988 ( Foi Dirigente da CGT, Diretor do Jornal «A BATALHA» e Presidente da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho em 1975 )**.

( .... ) A chamada organização sindical corporativa completou a função política que lhe foi determinada: a pulverização da classe trabalhadora como classe social e até, nos quadros da produção, de modo que o Capital ficasse inteiramente senhor dos destinos da produção e do seu papel político. A classe trabalhadora, antes qualificada e determinante dos seus destinos, tornou-se apenas uma disponibilidade de mão-de-obra contingendada pelos sindicatos corporativos.

Tão fundo foi esta castração sindical que após cerca de quarenta anos de vigorar não criou elites militantes com as suas próprias ideias ou mentalização, os seus quadros continuam a ser elementaríssimos, não conta no seu activo qualquer conquista positiva, e os contratos de trabalho, extremamente prolixos em palavreado legislativo, apresentam clamorosas omissões quanto aos verdadeiros direitos dos trabalhadores, e tornam-se obsoletos quando saem das secretarias do Estado como ferrete da homologação.

Tal como no passado **a autonomia e independência sindical**, continua a ser a essência do Sindicalismo, apesar das tentativas passadas e atuais da sua liquidação por parte do sindicalismo político – partidário da **CGTP** e da **UGT**.

Vários **Sindicatos Autónomos e Independentes, incluindo o SICOMP**, não se deixaram envolver e comprometer com essa situação e fundaram - após várias tentativas do movimento sindical autónomo e independente - em 2000, a **USI – União dos Sindicatos Independentes**, que retomou entre outros, os seguintes princípios orientadores :

- **A USI aposta decididamente na sua implantação a nível nacional, como espaço próprio, livre e autónomo, representativo dos trabalhadores que não querem ser instrumentos de políticas sindicais partidárias;**
- **A USI pauta a sua atuação por uma constante ligação a todos os seus associados, no conjunto ou individualmente, rejeitando qualquer tipo de sindicalismo de cúpula, geralmente afastado da realidade sindical;**

O **SICOMP**, continua fiel a estes princípios e fortemente empenhado na sua concretização, rejeitando **todas as ações internas** - inação no desenvolvimento da atividade sindical **e externas** – proteção ao sindicalismo político-partidário, que visam enfraquecer ou liquidar esses objetivos, como foi reafirmado no **último Conselho Geral do SICOMP, realizado em Lisboa, no dia 28 de maio de 2015, na Sede Nacional da USI – União dos Sindicatos Independentes.** ■

(\*) – *Os Sindicatos e a vida política*, de **José Pedro Castanheira**, *Análise Social*, vol. XXI ( 87-88-89 ) 1985

## NOTÍCIAS BREVES



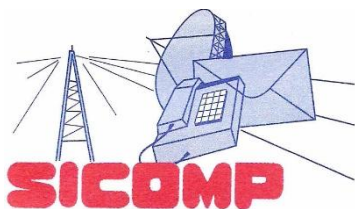
### PT PORTUGAL

Registamos a mensagem do Presidente Executivo da PT Portugal, **Dr. Armando Almeida**, datada de **2 de Junho de 2015**, cujo conteúdo é **positivo** em relação à continuidade da **PT Portugal como líder dos negócios de Telecomunicações em Portugal.**



### REUNIÃO USI COM O NOVO PRESIDENTE DO CES ( CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL )

A Direção Nacional do **SICOMP** solicitou ao Conselho Coordenador da **USI**, através do Coordenador **Dr. Afonso Diz** que tome a iniciativa de solicitar uma audiência ao atual Presidente do CES ( **Dr. Luis Filipe Pereira** ). A nossa carta foi enviada ao Conselho Coordenador da **USI**, no **passado dia 26 de maio de 2015**, data da tomada de posse do novo **Presidente do CES.**



**SINDICATO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL - Filiado • União dos Sindicatos Independentes**

## INSCREVE-TE !

**SINDICALIZA-TE NUM SINDICATO AUTÓNOMO E INDEPENDENTE  
E COM A QUOTA MENSAL MAIS BAIXA (METADE) DOS OUTROS!**

### JORNAL DAS COMUNICAÇÕES

DIRETOR : **Carlos Vicente** • COMPOSIÇÃO E REDAÇÃO : **Rua António Pedro, 125 A – Cave – Fração B**  
**1000-037 LISBOA • T. 218465151 - 218463871 • sicomp.dne@sapo.pt • www.sicomp.pt**